

MORIN, Edgar. **Os setes saberes necessários à educação do futuro**. Tradução de Catarina Eleonora F. Silva e Jeanne Sawaya. São Paulo: Cortez, 2000.

SIDNEY REINALDO DA SILVA

“A compreensão é ao mesmo tempo meio e fim da comunicação humana. O planeta necessita, em todos os sentidos, de compreensões mútuas. Dada a importância da educação para a compreensão, em todos os níveis educativos e em todas as idades, o desenvolvimento da compreensão necessita da reforma planetária das mentalidades; esta deve ser tarefa da educação do futuro.” (Morin, 2000, p. 104).

O livro *Les sept savoirs nécessaires à l'éducation du futur* (1998), escrito pelo pensador francês Edgar Morin, conforme solicitação da UNESCO, configura-se numa proposta desafiadora para todos os educadores. Esta resenha refere-se a recente tradução portuguesa: MORIN, E, *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. Tradução de Catarina Eleonora F. Silva e Jeanne Sawaya. São Paulo, Cortez; Brasília, DF, 2000. Não visio avaliar o trabalho das tradutoras, mas o conteúdo da obra e seus aspectos filosóficos. Trata-se de uma obra instigante, que apresenta diversos pontos de vista: o epistemológico, o pedagógico, o ético e o político. Essas perspectivas são apresentadas, para usarmos uma expressão do autor, de forma complexa. Os “sete saberes” são expostos em partes separadas, mas eles estão intimamente articulados entre si e com aqueles pontos de vistas.

O livro combate a unidimensionalização do multidimensional. Nele é ressaltada a complexidade do conhecimento contra a inteligência parcelada, compartimentada,

mecanicista, disjuntiva e reducionista. Essa visão do conhecimento humano é solidária da concepção de mundo do autor. Para Morin, apregoador da mundialização, expressão francesa para a globalização, o global “é mais do que o contexto, é o conjunto das diversas partes ligadas a ele de modo inter-retroativo ou organizacional” (p. 37). O planeta terra é ao mesmo tempo o todo “organizador e desorganizador de que fazemos partes” (*ibid.*). Esse todo abriga uma contrariedade expressa no fato de que o processo de “unificação mundializante faz-se acompanhar cada vez mais pelo próprio negativo que ele suscita, pelo efeito contrário: a balcanização” (p.64), a fragmentação. Ainda que esse antagonismo seja tomado como essência da mundialização, ele deve ser superado pela *cidadania terrestre*, através da propagação da denominada “ética da compreensão planetária”. Segunda esta, a consciência da humanidade na era planetária “deveria conduzir-nos à solidariedade e à comiserção recíproca de indivíduo para indivíduo, de todos para todos” (p. 78). O livro de Morin apresenta-se como proposta de uma ética e uma política para a globalização ou mundialização.

É muito comum ouvir-se dizer que boa parte dos atuais professores brasileiros, dos mais diversos níveis, ensina a ciência do século XIX. Daí a importância de se discutir uma proposta para o ensino do século XXI, tal como nos oferece o pensador francês. Para educadores que ainda não trabalham nem com a ciência do século passado, as idéias contidas no texto *Sete saberes necessários à educação do futuro* certamente são motivo de perplexidade e estranhamento. Perplexidade devido à própria noção de ciência ali apresentada e estranhamento perante a importância que é dada aos outros saberes não-científicos, em especial à forma como é tratada a ética, “disciplina” que só recentemente vem sendo resgatada pelas escolas.

O conceito de ciência apresentado por Morin é problematizado pressupondo, sobretudo, a impossibilidade de se suprimir os efeitos da afetividade na produção do conhecimento e, com isso, também as incertezas. A ciência apresenta-se como empreendimento intelectual: “conhecimento, sob forma de palavra, de idéia, de teoria” (p. 21). Trata-se de um processo de “tradução/reconstrução por meio da linguagem e do pensamento” (*ibid.*). Ao analisar os elementos que comumente estão associados à ciência, tais como racionalidade, especialização, reducionismo, o autor o faz acentuando a condição de que ao traduzir a realidade, e não meramente refleti-la ou espelhá-la, não podemos eliminar o erro que seria inerente à toda atividade humana de transcrição, pois “nossa realidade não é outra senão nossa idéia da realidade.” (p. 85) Ao circunscrever-se polemicamente nesse âmbito da incerteza, ao qual todo saber humano não metódico é pacificamente incluindo, o saber científico deve buscar novas fontes de legitimação diversas da procedência pela

mera garantia de infalibilidade dos supostos meios de se eliminar a ilusão e erro.

Para Morin, a linha demarcatória dos saberes não pode ser desembaralhada. Isso torna o ideal de uma ciência sinônimo de certeza apenas um programa protocolar ou um compromisso dos pesquisadores em promover o rigor dos procedimentos. Mas esse rigor não suprime as incertezas da ciência. O desafio é sempre o de mapear para poder se orientar. Dentro da casamata defensora das ameaças dos erros e das ilusões, aninham-se os fatores que a desviam dessa tarefa. Nesse sentido, o autor retoma idéia kuhniana de paradigma. Os paradigmas, diz, controlam a ciência e podem desenvolver ilusões e erros. Aos desvios referentes a essa forma de as ciências se constituírem somam-se os erros mentais e intelectuais. Os órgãos e as estruturas cognitivas são constituídos de tal modo que não podem ser imunizados do erro e da ilusão. A incerteza é racional e há irracionalidade na certeza da racionalização. Esta “se crê racional porque constitui um sistema lógico perfeito, fundamentado na dedução ou intuição, mas fundamenta-se em bases mutiladas ou falsas e nega-se à contestação de argumentos e à verificação empírica.” (p. 23). Já a “verdadeira racionalidade” conheceria os limites da lógica, do determinismo e do mecanicismo e saberia “que a mente humana não poderia ser onisciente, que a realidade comporta mistério” (*ibid.*). Portanto, por força da autocrítica, ela está apta para *negociar* com a irracionalidade, o obscuro, o irracional. É essa denominada “verdadeira racionalidade” que possibilitaria a ética da compreensão, proposta pelo autor.

Perante a crise da crença em um saber inabalável e da impossibilidade de prever o futuro, Morin fala da primazia de se ensinar a “enfrentar as incertezas” e de se ensinar “a compreender”. No primeiro caso, trata-se de admitir as conseqüências éticas da idéia de que o futuro “permanece aberto e

imprevisível”. Perante a incerteza não podemos mais tomar decisões baseadas na idéia de progresso, que embora seja possível, é incerto, o que o torna inválido para justificar qualquer atitude relevante. O que caracteriza a *ecologia da ação humana* agora é a necessidade de “levar em consideração a complexidade que ela supõe, ou seja, o aleatório, o acaso, iniciativa, decisão, inesperado, imprevisto, consciência de derivas e transformações” (p. 87). O princípio norteador é o lema pós-moderno segundo o qual não devemos buscar segurança, mas aprender a conviver com os riscos e as incertezas. Logo a ação é decisão, escolha, mas é também “uma aposta”. Se o princípio do progresso supõe que se deve agir a partir de nossas convicções a respeito dos benefícios a auferir, o princípio ético da incerteza exige a consciência de se estar preparado para lidar com os efeitos perversos de nossas escolhas.

Essa conduta deve ser preparada por uma educação apropriada. Daí a importância dada pelo autor ao *ensinar a compreender*, a “apreender em conjunto” (p. 94). A compreensão é uma forma de abordagem da complexidade do real -da inseparabilidade dos diferentes elementos interativos que constituem o todo em suas unidades multidimensionais-, superando a dicotomia sujeito-objeto e a insuficiência da análise, que daria lugar a “mobilização da consciência geral”; A compreensão apresenta-se também como princípio ético da tolerância, da solidariedade entre indivíduos, sociedade e cultura, e da abertura para a planetarização dos povos. Articulada na “consciência terrena”, a compreensão envolve a dimensão *antropológica* da unidade e diversidade humana, a *ecológica*, substituindo o princípio da convivibilidade da biosfera pelo do domínio do universo, a *cívica terrena*, da responsabilidade e

solidariedade com todos, a *espiritualidade da condição humana*, do pensamento complexo amplamente crítico e compreensivo (p. 76). Trata-se, outrossim, de ensinar a “enfrentar as incertezas” *cérebro-mentais, lógicas, racionais, psicológicas*; de despertar a auto-crítica e despertar para a ética da correlação indivíduo-sociedade-espécie, que “apóiam-se, nutrem-se e reúnem-se”(p. 105); de promover a democracia como sistema complexo de organização política que preserva a diversidade, a pluralidade, o diálogo, o consenso e o conflito, de modo a manter a comunidade sem eliminar as pluralidades, as concorrências e os antagonismos.

*

Mas uma questão básica persiste irredutivelmente minando a ética proposta em *Os Sete Saberes necessários à Educação do Futuro*: como falar de “compreensão desinteressada” num mundo moldado pela Mídia atrelada aos interesses econômicos, por imposições arbitrárias de políticas conservadoras a povos indefesos e/ou desarticulados. Como ensinar às nações condenadas a desaparecer pela incapacidade de se superar a miséria, devido, sobretudo, à exploração e/ou à indiferença econômica e política das elites locais e mundiais, a “compreender a incompreensão”, ensinando o “bem pensar” e a “introspecção”. Enfim, qual democracia amplamente aceitável poderia alargar-se a ponto de tornar-se capaz de solucionar os conflitos atuais e superar as injustiças sociais?

Essa crítica que se faz à obra de Morin é mais política do que ética. Até que ponto a compreensão permitirá “salvar a humanidade realizando-a”, em especial incrementando as democracias, democratizando a mídia, o acesso aos benefícios culturais, econômicos e tecnológicos. Qual “compreensão” deve ser ensinada para transformar a condição humana? A história nos mostra que na falta

do consenso e mesmo do entendimento daquilo que se está buscando um acordo, resta apenas uma saída: o prevalecimento do interesse dos mais fortes ou detentores dos meios mais violentos de “persuasão”, dos mais bem articulados politicamente, daqueles que têm acesso às informações mais pertinentes. A supremacia de quem, de certo modo, controla os processos de mundialização se dá com a manipulação, suspensão e/ou supressão do debate e/ou constrangimento bélico. Frente as insuperáveis dificuldades de se chegar a acordos em torno das regras do mercado mundial, de se estabelecer critérios para definir fronteiras e de se elaborar um protocolo para as questões ecológicas, tem prevalecido soluções unilaterais, incapazes de contemplarem a todos. Ainda estamos longe de supressão da política compreendida como a capacidade de lidar com o desentendimento. Acredito ser mais adequado ensinar a compreender essa condição radical de desentendimento. Isso seria mais importante do que nos desentendermos sobre o quem vem a ser um autêntico entendimento entre indivíduos e entre povos.

Se admitirmos que os intolerantes só podem ser combatidos pela força, de modo que a questão estaria em como decidir com precisão quem são eles, não poderíamos aceitar uma ética da compreensão política, principalmente quando sabemos que a intolerância vem das mais poderosas organizações imperialistas (empresas, nações e elites locais), que controlam, a Mídia, a educação e governos, para quem é conveniente abortar ou impedir projetos alternativos de coexistência humana, com propostas voltadas para valores divergentes daqueles impostos pela atual globalização.

Para superarmos o imperialismo é necessário descobrir uma forma de

integrar contracorrentes que são irredutíveis, não pelo seu caráter fragmentário e balcanizador, mais por serem propostas divergentes de mundialização. Num cenário otimista, no qual acredita Morin, as contracorrentes tenderiam a se interpenetrar e “constituir múltiplos focos de transformação” e a “verdadeira transformação só poderia ocorrer com a intertransformação de todos, operando assim uma transformação global, que retroagiria sobre as transformações individuais” (pp. 73-4). Não se trata de negar a possibilidade dessa retroação, que supõe um mundo sem centro, portanto não imperialista, mas dos termos (éticos) segundo os quais devemos prepará-la ou estar pronto para ela.

Em que devemos apostar? Se o futuro chama-se incerteza e permanece aberto e imprevisível, por que devemos jogar nossas fichas no cenário de compreensão indicada por Morin e não nos prepararmos para o desentendimento? A prudência exige que trabalhem com diversos cenários, inclusive com o do confronto e da incompreensão mútua. Estamos longe do tempo da superação dos fanatismos fundamentalistas e da intolerância religiosa e racial, e é um compromisso ético lutar para uma maior compreensão mútua dos povos nesse sentido. Contudo, as raízes econômicas da discriminação e da opressão não podem ser “compreendidas” e sim combatidas e o grande desafio da política e da ética da solidariedade é o de se encontrar meios e formas de confrontos capazes de transformar as situações injustas. A superação das injustiças econômicas, ao meu ver, se dará mais pela incompreensão declarada. As ciências, em especial as sociais, malgrado a incerteza e a irremediável subjetividade, devem também contribuir para fundamentar essa declaração. Isso também deve ser ensinado.

Sidney Reinaldo da Silva
Graduado em filosofia pela PUCCAMP
Mestre- e doutor em filosofia pela UNICAMP,
Professor de filosofia da UNIMEP.